



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,
POR OCASIÃO DO EVENTO PARALELO SOBRE
OS PIONEIROS DAS SOCIEDADES PACÍFICAS, JUSTAS E INCLUSIVAS**

**Sala de Conferências, Sede das Nações Unidas
20 de setembro de 2016**



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Dili, Timor-Leste

Senhoras e Senhores,

É uma honra poder participar neste importante evento para discutir sociedades pacíficas, justas e inclusivas. Reunimo-nos aqui porque todos estamos empenhados no desenvolvimento humano, na erradicação da pobreza e na promoção da paz.

Timor-Leste restaurou a sua independência em 2002, após quase um quarto de século de ocupação. Cedo constatámos, porém, que os desafios da autogovernança e de construir uma nação a partir das cinzas da guerra eram tão difíceis como o tinha sido a nossa luta pela independência.

À semelhança de muitos países saídos do conflito, também nós atravessámos um ciclo de inquietude e violência. Em 2006 o nosso país voltou a arder, com o nosso povo a virar-se um contra o outro. Vimos esfumarem-se anos de progresso rumo ao desenvolvimento.

Os sonhos que o nosso povo tinha em relação à independência estavam a tornar-se um pesadelo. Ficou claro que não podia haver paz sustentável sem se dar resposta aos problemas que afligiam a nossa sociedade e sem o progresso do desenvolvimento.

Tivemos a sorte de poder contar com a assistência da comunidade internacional. Nações do mundo inteiro vieram ao nosso auxílio e ajudaram-nos a restaurar a ordem. Contámos com o apoio de uma missão das Nações Unidas e da Força Internacional de Estabilização em 2006.

Contudo, para suster a paz precisámos resolver os conflitos e tensões subjacentes na nossa sociedade. E precisámos unir-nos enquanto nação e dizer 'já chega'.

Todos sabemos que a Agenda 2030 estabelece claramente que “não é possível haver desenvolvimento sustentável sem paz e paz sem desenvolvimento sustentável.” A Agenda 2030 apela a que trabalhemos juntos para construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas, para responder aos elementos que geram violência, instabilidade e injustiça, e para redobrar esforços com vista a resolver e evitar conflitos.

Timor-Leste tem-se batido para que a paz, a justiça e as instituições inclusivas façam parte da agenda de desenvolvimento para 2030, já que sabemos por experiência própria a sua importância. As pessoas que assistiram a conflitos, como é o caso dos timorenses, querem acima de tudo viver num mundo em que os seus filhos não sejam ameaçados pela violência e em que possam acreditar que as suas instituições governamentais são justas e inclusivas e que as protegem.

A paz, a justiça e a inclusão não constam apenas do Objetivo 16, estando ao invés integradas em toda a Agenda. Por exemplo, outros objetivos contêm metas relativamente ao fim da violência contra às mulheres, à promoção de uma cultura de paz nas nossas escolas e ao fim do tráfico. Temos igualmente metas que visam os alicerces de uma sociedade pacífica, em áreas como o emprego, a desigualdade e a resiliência perante um conjunto de conflitos.

Senhoras e Senhores,

Uma sociedade pacífica significa mais do que a inexistência de conflito. Para termos desenvolvimento sustentável precisamos construir sociedades justas e inclusivas. Precisamos construir instituições estatais que garantam justiça, segurança, educação e saúde. Precisamos de boa governação para assegurar transparência e responsabilização e para gerar confiança em torno do Estado.

Em Timor-Leste sabemos que precisamos reforçar as nossas instituições para atingirmos os nossos objetivos a nível de desenvolvimento. Para tal, o meu Governo encetou reformas em diversas áreas fundamentais, incluindo fiscal, administração pública, legislativa e do setor da justiça.

Com a reforma fiscal o Ministério das Finanças pretende reformar o nosso sistema tributário de modo a passar a incluir medidas que criem incentivos para o setor privado com vista à formação e contratação de jovens. As empresas poderão obter regalias fiscais nesta área. Dado que mais de metade da população timorense tem menos de 24 anos, esta reforma irá ajudar a garantir que os nossos jovens têm acesso a postos de trabalho que lhes permitam ser membros produtivos da sociedade.

Estamos a reformar o nosso setor público para o tornar mais efetivo e capaz de dar resposta às necessidades dos nossos cidadãos. Conduzimos um diagnóstico em cada um dos nossos ministérios, os quais estão atualmente a desenvolver estratégias e planos de ação para implementar as recomendações.

Com a reforma legislativa e do setor da justiça pretendemos melhorar o acesso dos cidadãos à justiça. Isto inclui olhar para a justiça costumeira como um mecanismo para ser utilizado juntamente com a justiça formal. A justiça tradicional é a primeira etapa na resolução de disputas para a maior parte da nossa população, em especial para os cidadãos que residem em áreas remotas e rurais.

É também importante que a comunidade internacional trabalhe em conjunto para apoiar os países com condições semelhantes à nossa. Nesta era da globalização, com fronteiras permeáveis e com o crime e o conflito transnacionais, nenhum Estado pode estar isolado sendo que muitos deles enfrentam desafios semelhantes.

Infelizmente estamos a assistir ao aumento da desigualdade tanto dentro das nações como entre elas. Os benefícios do crescimento económico não estão a ser partilhados e vemos os privilégios e a riqueza enraizados nos seus próprios interesses.

A iniciativa dos pioneiros das sociedades pacíficas, justas e inclusivas – que nos junta aqui hoje – incide na implementação. Procuramos formas de acelerar a implementação de iniciativas em prol da paz, justiça e do reforço institucional. Já temos vindo a trabalhar nestas áreas, porém esta iniciativa constitui uma oportunidade para acelerar a sua execução, aprofundar mais as questões e fazer as coisas acontecer.

Estamos muito satisfeitos por fazer parte desta iniciativa, uma vez que isso nos permite partilhar as experiências de Timor-Leste e ter uma franca discussão sobre os nossos próprios desafios. Esta iniciativa liga diferentes grupos profissionais: saúde pública na prevenção da violência, justiça criminal, liderança política para eliminar conflitos, etc. Será ainda uma oportunidade para falarmos sobre questões globais como o tráfico e o crime organizado, que não podem ser controladas por países a trabalhar de forma isolada. Esta parceria significa também o reconhecimento de que a paz, a justiça e a inclusão são relevantes para todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento – aprez-me ver, por exemplo, o Brasil e a Suíça a participarem e a partilharem as suas próprias experiências.

Esperamos continuar a fazer parte desta iniciativa dos pioneiros e criar uma parceria mais aprofundada em prol da paz, da justiça e de instituições inclusivas que sirvam os cidadãos de todos os países espalhados pelo mundo.

Muito obrigado.

Díli, 20 de setembro de 2016
Dr. Rui Maria de Araújo